

“Há práticas, há acções, há diálogo, há manifestações, há insurgências!”: geração e campos discursivos de acção em torno dos direitos das mulheres em Moçambique¹

Catarina Casimiro Trindade

UNICAMP/SP

Introdução

Neste paper, apresento reflexões em torno de dois conceitos centrais na minha pesquisa de doutorado em curso, nomeadamente o conceito de geração e o de campos discursivos de acção. A pesquisa tem como objectivo compreender o processo de construção e de actualização de um campo discursivo de acção (Alvarez, 2014) em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género em Moçambique. Isso está sendo feito a partir e através das trajectórias e experiências de 23 mulheres e homens de diferentes gerações que compõem este campo, de uma produção consolidada sobre estudos de género, feminismo e movimentos de mulheres em África (dando especial destaque à produção moçambicana, da qual algumas das interlocutoras são autoras) e de uma etnografia dos espaços e eventos por onde estas pessoas circulam.

Para tal, o universo empírico da pesquisa integrou as mulheres e homens enraizados nos seus contextos históricos e sociais e a rede de organizações e instituições por onde circulam. A pesquisa de campo, realizada na cidade de Maputo entre Março e Setembro de 2017, baseou-se na realização de entrevistas semi-estruturadas, no mapeamento e análise de parte da produção de algumas destas pessoas, assim como no acompanhamento de uma série de atividades e eventos organizados e realizados pela rede de organizações e instituições às quais estes estão associados e pelas quais transitam.

As entrevistas permitiram mapear as histórias e os caminhos pessoais e profissionais de cada uma das mulheres e homens, assim como a constituição e a manifestação das suas identidades profissionais e militantes. Busquei compreender as

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

suas reflexões analíticas em torno das questões de género e dos direitos das mulheres e seguir os caminhos que estes percorreram até começarem a interessar-se/militar/pesquisar/trabalhar pelos direitos das mulheres. Para além de recuperarem toda a sua vida pessoal, umas mais detalhadamente que outras, estas mulheres e homens me falaram dos seus percursos académicos e profissionais, de que maneira estão ligadas ao campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género (como se definem no meio), os temas de pesquisa com os quais têm trabalhado, a articulação e relação das organizações de mulheres nacionais com as regionais e internacionais e entre si, a relação e a articulação entre a academia e as organizações, as posturas e políticas do governo em relação ao papel da mulher e questões de género pré e pós-independência, como as organizações de mulheres lidam com a imposição de agendas vindas dos financiadores estrangeiros, como tematizam e constroem as suas actividades dentro de uma agenda internacional mais ampla, como o feminismo tem sido recebido e trabalhado no contexto moçambicano e o que significa para elas, como se dá a relação entre as várias gerações de activistas, quais as suas principais inspirações/referências, entre outras questões.

A etnografia ocorreu em espaços formais e informais, onde se desenvolvem uma série de acções, como seminários, conferências, eventos de rua, mesas redondas, debates, fogueiras feministas, palestras nas universidades, entre outros. Estendeu-se para além do domínio profissional e de militância e incluiu também espaços e situações não relacionadas com o trabalho, como bares e restaurantes, caronas, almoços e jantares, confraternizações, entre outros.

Através da participação em mesas redondas, debates, conferências, fogueiras feministas, bate-papos e outro tipo de actividades, pude perceber quais os temas actuais em debate (violência doméstica/de género, casamentos precoces², direitos sexuais e reprodutivos e segurança no espaço público), alargar a minha lista de entrevistadas, conhecer e conviver com uma geração de activistas mais jovens, ligadas a associações comunitárias de base e a movimentos recentes e perceber um novo – pelo menos para a realidade de Moçambique – tipo de militância e activismo feminista, o das redes sociais (principalmente o *Facebook*).

² Conceito não aceite pela maioria das organizações, já que se está perante uma união forçada e não um casamento que pressupõe uma união desejada e livre.

Para além das actividades realizadas durante o trabalho de campo, tenho vindo a seguir as páginas de *Facebook* das interlocutoras da pesquisa e das organizações por onde circulei. Participo num grupo de Facebook intitulado *Feminismo MZ*, que discute uma série de temas relacionados ao feminismo e do qual fazem parte as interlocutoras mais jovens; estou incluída no grupo de *Whatsapp* sobre a preparação do *Mundo de Mulheres* em 2020 - que congrega mulheres de todas as gerações pesquisadas - e sigo também dois blogs cujas jovens autoras são interlocutoras desta pesquisa. A razão pela qual decidi seguir e, até certo ponto, usar este material como fonte, é que eles expressam diversos pontos de vista e discursos que as interlocutoras e as organizações possuem em relação a temas que constituem o debate actual dentro do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género, para além de me permitir estar actualizada em relação aos eventos e às discussões. Além disso, a escrita reflecte aspectos da experiência e da análise das interlocutoras que não surgiram ou escaparam às entrevistas, mais aprofundadas. Ao analisar este material, tenho em conta o contexto social e cultural no qual foram produzidos e à luz das suas trajectórias pessoais e profissionais, assim como as suas reflexões durante as entrevistas.

Percursos de uma pesquisa entre campos discursivos de acção

Foi com o objectivo de compreender a construção e actualização do movimento de mulheres em Moçambique que iniciei o trabalho de campo em Maputo. A minha ideia era partir das experiências e trajectórias intelectuais de gerações de mulheres e homens que fizeram parte deste processo desde o seu início – como activistas, como académicas, como pertencentes a organizações e associações de mulheres ou como políticas - e também das gerações mais novas, que surgem de outras frentes e enfrentam diferentes desafios. O foco da pesquisa seriam as reflexões teóricas e analíticas que estas mulheres e homens foram tecendo ao longo das suas trajectórias de militância e/ou académicas, em particular os temas, as problemáticas, os dilemas, os avanços e os desafios que foram surgindo a partir de 1975 com a independência de Moçambique.

No entanto, logo nas primeiras entrevistas deparei-me com algo inesperado. Apesar de *movimento de mulheres* ser um conceito bastante comum no contexto da minha pesquisa - na prática (discursos) e na teoria (produção académica e das organizações) - ao questionar uma das interlocutoras sobre como ela descreveria este conceito no

contexto moçambicano, esta respondeu dizendo que *“Há feministas, mas movimento, que tenha uma agenda, não. Podemos reunir-nos (...). Mas movimento como tal, com uma agenda, não vejo (...)”*. Apesar de ter ficado surpresa com a sua resposta - uma vez que, como disse anteriormente, este é um conceito que ouço bastante não só da boca de várias interlocutoras, como também de outras pessoas que constituem este campo - não dei muita importância a este dado isolado. No entanto, com o decorrer das entrevistas, mais mulheres de diferentes gerações deram a mesma resposta, o que me levou a olhar para este dado como uma pista etnográfica. Ao mesmo tempo que ouvia de algumas delas que não havia movimento, outras (especialmente as mais jovens) diziam coisas como:

Eu compreendo o movimento como mover, acontecer, agir. Há práticas, há acções, há diálogos, há manifestações, há insurgências. Isso para mim é movimento. Movimento para mim não é uma coisa acabada, não é uma coisa que tem pertenças, não é. (...) eu compreendo movimento como uma perspectiva libertadora de vida. Que de certa forma, é um sítio onde tu podes ir e não tem paredes, não tem regra, não tem relações de poder, não tem hierarquias, não tem portas. (Entrevista realizada em 30.06.17 a Fuva Muiambo)

Se, conforme algumas delas, não existe movimento de mulheres em Moçambique, o que afinal eu estava ali a fazer? Como definir o campo em que me encontrava e que me havia disposto a pesquisar? Seguindo então esta nova pista, fui mudando aos poucos o meu olhar. Se, no início, o meu interesse era compreender a construção e actualização do movimento de mulheres em Moçambique, agora a minha questão passa pela compreensão do que afinal existe naquele contexto, que expressa a demanda por direitos das mulheres e igualdade de género. Se não é movimento de mulheres, o que é? Como se define?

Para algumas autoras, como Ana Loforte (2011), interlocutora desta pesquisa, e pensando a realidade das organizações de mulheres em Moçambique que lutam e advogam contra a violência doméstica, o movimento de mulheres é um movimento social que integra acções colectivas desenvolvidas por Organizações Não Governamentais (ONG's). Para a autora, estes movimentos visam a mobilização de recursos materiais e simbólicos para a definição de estratégias transformadoras que tenham como objectivo o alcance da justiça de género. Para tal, identifica três níveis de actuação fundamentais para que estes movimentos alcancem mudanças profundas, nomeadamente situar-se na esfera política (de forma a influenciarem as instituições do Estado e outros parceiros nos processos de reforma legal e definição de políticas), nas

estuturas/normas culturais (para a transformação estrutural das mentalidades e normas) e nas práticas (assistenciais).

No entanto, para Shireen Hassim (2004), definir o movimento de mulheres no contexto sul-africano não é tarefa fácil, uma vez que este não é um movimento no qual sujeitos, interesses e ideologias sejam auto-evidentes, ou seja, as mulheres não se mobilizam como mulheres pelo simples facto de serem mulheres. Para além disso, este assume diferentes formas em diferentes contextos, operando em certos momentos como uma estrutura formalizada e em outros como uma rede frouxa. Deste modo, os movimentos de mulheres têm que ser entendidos como sendo compostos por organizações heterogéneas, o que os torna diversos, abraçando múltiplas formas organizacionais, ideologias e, por vezes, demandas contraditórias.

Tripp et al (2009), no livro escrito a quatro mãos *African Women's Movements. Transforming Political Landscapes*, descreve os novos movimentos de mulheres - surgidos depois dos anos 90, com o fim de uma série de conflitos que assolaram vários países africanos - contrastando-os com as organizações anteriores a 1990. Dialogando bastante com a definição dada por Hassim (2004), os autores descrevem cinco principais características destes movimentos, nomeadamente a autonomia associativa e a heterogeneidade, o interesse em construir laços para além da etnia, religião e afiliação política, a centralidade dada à advocacia de muitas das novas organizações, em contraste com o desenvolvimentismo das anteriores, a emergência de novas coalizões e redes e o envolvimento activo dos homens no apoio a várias causas dos direitos das mulheres.

Para Isabel Casimiro (2015), interlocutora desta pesquisa, há movimentos de mulheres no país. Estes têm permitido, na sua visão, a construção de alianças e coalizões cruzando as divisões de classe, cor da pele, etnicidade, língua e outras identidades diversas, engajando-se na acção colectiva e desafiando o *status quo*, com o intuito de transformar as políticas e as estruturas de tomada de decisão.

Não sendo foco principal desta pesquisa responder à ardilosa questão sobre a existência ou não de um movimento ou movimentos de mulheres em Moçambique, mas sim compreender o que afinal existe no contexto moçambicano, optei por dar um passo atrás e suspender qualquer ideia de movimento de mulheres que tivesse trazido comigo, de maneira a não engessar a pesquisa e a poder olhar para o que existe além destas

definições muitas vezes limitadoras. Esta decisão teve a ver também com constatação que fiz e campo de que existe, entre as minhas interlocutoras e no contexto que pesquisa, uma tendência a igualar movimento de mulheres a organizações de mulheres. Assim, dei especial importância às práticas que fizeram e fazem parte da construção do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género em Moçambique. Existem várias opções metodológicas para olhar para estas práticas. Optei por fazê-lo através das trajectórias das mulheres e homens que constituem esse campo, dos seus discursos e experiências e da minha observação dos diferentes espaços por onde estas pessoas circulam. Assim, ancorada em Alvarez (2014), optei por trabalhar com a ideia de *campos discursivos de acção* para melhor compreender e descrever o contexto da pesquisa.

Para a autora, o debate sobre o surgimento, o desenvolvimento, o sucesso e o declínio dos movimentos sociais, assim como as suas estratégias e relações com o Estado, os partidos, os espaços participativos e as arenas internacionais, são foco comum de discussão entre as feministas, militantes e académicas. Essas discussões aparecem tanto em manifestos políticos e ensaios eruditos, como também em brigas acesas em mesas de bar e críticas nas redes sociais e pressupõem uma definição do que se entende ou constituiria um movimento social (principais expressões organizativas, actores, espaços de actuação, entre outros), no caso o movimento feminista. Esses debates e discussões sobre o estado do movimento são atitudes frequentes entre quem se identifica com o que a autora propõe que se entenda como *campos discursivos de acção*, no lugar de movimento feminista. E é exactamente esse debate em si - essas discussões interpretativas e preocupações sobre o estado do movimento, sobre autenticidade e pertencimento, sobre inclusão e exclusão - que articula o campo feminista.

O que compõe os campos discursivos de acção, para Alvarez (2014), é muito mais do que um conjunto de organizações voltadas para uma determinada questão. Estes envolvem também um número considerado de actores individuais e colectivos e de lugares sociais, culturais e políticos que, em diferentes momentos, ganham maior ou menor visibilidade política e cultural, maior ou menor destaque no campo político e discursivo e maior ou menor acesso aos recursos materiais e culturais. Grupos menos formalizados, situados em diversos espaços, o Estado, as instituições intergovernamentais, movimentos e redes de advocacia, a academia, a indústria cultural, os média, a internet, todos eles compõem este campo e se articulam, formal e

informalmente, através de redes costuradas por cruzamentos entre pessoas, práticas, ideias e discursos.

As diferentes reflexões teóricas e analíticas que as interlocutoras da pesquisa foram tendo ao longo das suas trajetórias, os debates sobre quem pertence e faz parte ou não ao/do movimento, os conflitos, as lutas interpretativas, as disputas político-culturais, as desigualdades, as rupturas e continuidades, as relações desiguais de poder, as questões sobre legitimidade (quem pode falar em nome do movimento ou não, por exemplo), as mudanças nas alianças, as disputas internas e as transformações nas coligações, tudo isso pode ser pensado na chave dos campos *discursivo de acção*, que no contexto da minha pesquisa apelidei de campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género.

É exactamente a construção e constituição deste campo o que venho tentando compreender. Desta forma, acompanhei as interlocutoras da pesquisa (umas mais que outras), identifiquei algumas redes por onde elas circulam e mapeei conexões entre locais e espaços (academia, redes sociais, blogs, ruas, organizações, instituições do governo).

Porquê estas mulheres e homens, exactamente? Pela sua relevância - fazem, cada uma à sua maneira e de acordo com períodos históricos distintos, parte do debate público e político - e pela sua actuação polivalente - elas/eles estão na academia, nas organizações e associações, fazem parte de redes, são autónomas/os, estão nas redes sociais, no activismo, entre outros, várias delas simultaneamente. A escolha de incluir a experiência e trajetórias de homens neste processo só surgiu depois de iniciar o trabalho de campo, por sugestão de Conceição Osório, socióloga, activista feminista e interlocutora da pesquisa, para quem a participação dos homens deve ser mais e melhor explorada. Somou-se também a esta decisão o surgimento e a importância de duas organizações cujo grupo alvo são especificamente os homens, nomeadamente a Rede Homens Pela Mudança (HOPEM) e a *Fanelo Ya Mina*. Muito se tem tratado, dentro do debate actual em Moçambique, sobre a participação dos homens no campo dos direitos das mulheres e da igualdade de género, discussões essas por vezes bastante polarizadas. Por esta razão, e pelo facto de várias autoras (Tripp et al, 2009; Disney, 2009; Veitez, 2002) apontarem a participação activa dos homens no campo feminista como uma das principais características dos movimentos de mulheres africanos, achei que entrevistar

alguns homens activos neste campo poderia ajudar a perceber a diversidade de dinâmicas e actores que concorrem na constituição do campo.

Sustento que este campo é composto por diversos actores, individuais e colectivos, assim como lugares sociais - academia, organizações de mulheres, redes sociais, movimentos de rua, instituições do governo, mídia, entre outros -, não podendo ser possível separá-los. Todos esses elementos são, conjuntamente, o que compõe o campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género e qualquer tentativa de deslegitimar certos actores em detrimento de outros enfraquece-o e descaracteriza-o.

Constituição histórica, política e social do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género em Moçambique

(...) daquelas que eu chamo de Geração de Beijing... (...) que é a Isabel [Casimiro], a Ana [Loforte], a Conceição [Osório], a Ximena [Andrade]... p'ra mim é como se elas fossem - ao mesmo tempo não sei se era por causa da academia - pareciam inacessíveis. Ou eu própria pensava “quando eu vou falar com elas?” O meu jeito também foi mudando, né? As pessoas não mordem as outras, podes abordar as senhoras e falar com elas. (...) E fui sentindo que nós estávamos, afinal, a falar ou a dar continuidade a alguma coisa que elas já tinham começado, isso foi também uma coisa importante de perceber. (Entrevista a Rosalina Nhachote, realizada a 9/08/2017)

Assim como a Rosalina, 40 anos, docente do Instituto Superior de Artes e Cultura (ISARC) e activista pelos direitos das mulheres, se referiu a um grupo específico de mulheres em referência a geração - no caso, a *Geração de Beijing* - outras interlocutoras da pesquisa também o fizeram. Fui-me apercebendo desta forma de identificação ao me dar conta da existência, cada vez maior, de grupos, movimentos e associações de feministas jovens, que trazem novas preocupações, reivindicações e que têm nas redes sociais, principalmente o *Facebook* e o *Whatsapp*, a sua principal forma de activismo. Circulando pelos diferentes espaços que constituem o campo, cruzei-me com uma presença simultânea e constante de mulheres e homens de várias idades, origens e contextos diferentes.

Ao longo das entrevistas que realizei, foi comum ouvir umas definirem as outras ou se definirem a si próprias em referência a geração. Além de *Geração de Beijing*, em menção às mulheres que participaram da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, este grupo foi também definido, pela geração a seguir, como *Geração das Mentoras* ou das *Históricas*. Da mesma maneira, as mulheres que participaram na luta pela independência do país e que compuseram a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) foram apelidadas de *Geração das Mamas*³, principalmente pelas mais jovens que, por sua vez, foram apelidadas pela *Geração de Beijing* de *Geração das Jovens Feministas*. Estas apelidaram, ainda, o grupo de mulheres entre a *Geração de Beijing* e a delas de *Geração das Intermediárias*, geração esta da qual a Rosalina faz parte.

Deste modo, pude identificar quatro gerações de mulheres e homens, as quais optei por usar de forma a melhor compreender como se estrutura o campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género em Moçambique: a *Geração das Mamas*, a *Geração de Beijing (Mentoras ou Históricas)*, a *Geração das Intermediárias* e a *Geração das Jovens Feministas*.

Definir-se e definir as outras em termos de geração está, em primeiro lugar, ligado ao contexto histórico no qual estas mulheres e homens começaram a envolver-se com as questões em torno dos direitos das mulheres. Neste sentido, é necessário contextualizar adequadamente a origem das primeiras organizações de mulheres que compõem o campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género em Moçambique, não perdendo de vista a importância da situação política e cultural à época do seu surgimento.

As primeiras organizações de mulheres e as que se seguiram, até aos anos 90, surgiram em meio a um período conturbado e marcado por eventos sociais violentos e significativos na história de Moçambique. Destacam-se a luta armada de libertação nacional (1964 a 1974), a independência de Moçambique (em 1975), a guerra de desestabilização entre a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) e a Frelimo (de 1977 a 1992), o assassinato do presidente Samora Machel (em 1986), a imposição de um programa de ajustamento estrutural (em 1987), a nova Constituição que adotou o multipartidarismo (1990) e o Acordo de Roma, acordo de paz entre as forças

³ Em Ronga (língua de Moçambique) significa mulher casada ou mãe de filhos. É usualmente usado como termo de respeito e distinção.

governamentais e a RENAMO (1992), seguido das primeiras eleições presidenciais e legislativas em Outubro de 1994 (Casimiro, 2004; Arnfred, 2004).

Como se pode perceber pelo exposto acima, a história recente de Moçambique tem sido bastante complexa. Neste sentido, a trajetória da constituição do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género não está desarticulada de todas estas transformações. Se tomamos como ponto de partida a Luta Armada de Libertação Nacional (LALN), dirigida pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)⁴, entre 1964-1974, vamos encontrar aí núcleos importantes de participação das mulheres. O posicionamento da FRELIMO em relação à *libertação da mulher* como factor fundamental para a *libertação da sociedade* foi de extrema importância tendo em conta o contexto da época e para as políticas que se seguiram. Nesse sentido, durante a *I Conferência da Mulher Moçambicana*, em 1973, o então presidente da FRELIMO e futuro presidente do país, Samora Machel, proferiu um histórico discurso no qual afirmou que “*A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição do seu triunfo*” (Machel, 1974:18). Para Machel, a libertação e emancipação da mulher só podiam ser pensadas dentro de um contexto revolucionário capaz de destruir o sistema de exploração, construir uma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano e o reconciliar com o trabalho e a natureza. Considerando que a mulher era, no seio da sociedade, o ser mais humilhado e explorado, e que a revolução para ser feita necessitava da mobilização de todos os explorados e oprimidos, esta só triunfaria quando a mulher fosse libertada (Machel, 1974:18).

Com várias mudanças de regimes políticos e quase 30 anos de guerra, duas mudanças notáveis devem ser destacadas: a transição, em 1975, do colonialismo português para a independência política e o socialismo da FRELIMO e, no final dos anos 80, a mudança do socialismo para uma economia de mercado capitalista aberto. O Partido Frelimo manteve-se sempre no poder, mas a sua agenda política e económica foi-se transformando ao longo do tempo (Arnfred, 2004). Essas mudanças foram, no entanto, acompanhadas por continuidades persistentes, nomeadamente no que diz

⁴ Há uma diferença entre FRELIMO e Partido Frelimo. FRELIMO refere-se à Frente de Libertação de Moçambique, movimento fundado em 1962 que lutou pela independência de Moçambique e contra o domínio colonial português. A partir de 1977, transforma-se em Partido Frelimo, principal força política no país e único partido no governo desde a independência.

respeito às políticas de género, uma vez que as linhas de pensamento de cada novo período - o colonialismo português, o socialismo da Frelimo e o desenvolvimento dominado por doadores internacionais - foram sendo construídas fortemente sobre as do anterior.

Durante a luta armada de libertação nacional (1964-1974), questões de igualdade de direitos foram sendo levantadas pelas próprias mulheres, que exigiam a criação de uma frente feminina e o direito de se tornarem soldados e lutarem ao lado dos homens. Fazem parte deste período histórico as mulheres da *Geração das Mamas*. Estas mulheres - que não fizeram parte do meu grupo de entrevistadas, mas sobre as quais existe uma extensa bibliografia⁵ - é composto por mulheres que, entre as décadas de 1960 e 1970, participaram na luta pela independência do país. Foi neste período que surgiram três organizações que começaram a desafiar o papel atribuído à mulher.

Considerada a primeira organização de mulheres criada depois da existência da FRELIMO (1962) – não tendo esta tomado um papel decisivo na sua criação – a Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO), também conhecida como *Mozambique Women's League*, tributária das Ligas Femininas das colónias inglesas, era constituída na sua maioria por mulheres que há muito viviam exiladas no exterior, com sede na Tanzânia⁶. Apesar do seu objectivo ter sido o de envolver todas as mulheres moçambicanas na luta de libertação nacional, o seu apoio deu-se fundamentalmente aos moçambicanos e moçambicanas que se encontravam no exterior, organizando as mulheres e o trabalho social com os órfãos. Manteve-se, assim, afastada das mulheres que realizavam tarefas no interior do país, limitando o seu trabalho a tarefas de apoio aos refugiados e órfãos e enviando algumas mulheres para formação no exterior. Não apoiou, deste modo, a principal tarefa, que era a luta armada, sendo uma organização sem qualquer implantação no interior do país. Com o início da luta armada, em 1964, novas exigências se impuseram ao movimento, imposições essas que a LIFEMO, por diversas razões, não foi capaz de acompanhar (Casimiro, 2001).

⁵ Urdang (1983, 1984, 1989), Sheldon (2002), Manceaux (1975), Casimiro (1986; 2001; 2005), Katto (2017), Arnfred (2004; 2011; 2015), Pachinuapa et al (2017), Adam (2005), Chimoco (2012), Kruks e Wisner (1989), Saíde (2014), Seie (2010), Zimba (2012), entre outros.

⁶ Foi na Tanzânia, país que faz fronteira com Moçambique na parte norte, para onde fugiram muitos moçambicanos exilados, que se criou a FRELIMO, em 1962.

Seguiu-se o Destacamento Feminino (DF), em 1965, constituído por mulheres guerrilheiras e nascido por solicitação das mulheres confrontadas pela necessidade de defesa e mobilização das populações nas zonas libertadas, ou então nas zonas ainda controladas pelo colonialismo (Casimiro, 2004). Foi ao nível do DF que o papel das mulheres adquiriu características qualitativamente novas. As suas principais tarefas consistiam no combate, na mobilização, na organização e defesa das populações, no transporte de material, na produção, no recrutamento, na segurança, no cuidado dos infantários e no trabalho clandestino (*A Voz da Revolução*, 1973). Combatendo, esse grupo de mulheres entrou num lugar sagrado, reservado ao homem. Viverem em campos de treino, usarem calças, formarem mulheres e homens, participarem em combates, conviverem com outras pessoas que não as do grupo de parentesco, provocou uma autêntica revolução em zonas camponesas e conservadoras, deste modo limitando o controle que os homens habitualmente exerciam sobre a função produtiva e reprodutiva das mulheres. No entanto, ocupar o lugar de combatente e guerrilheira não foi tarefa fácil e exigiu um enfrentamento de reprovações por parte de alguns membros da FRELIMO e da população, em especial dos homens (Santana, 2009; Casimiro, 2004).

À medida que a luta avançava, os dirigentes da FRELIMO sentiram a necessidade de criar uma organização mais abrangente. Esta organização, que tinha como núcleo central e impulsionador o DF, deveria agir como uma frente larga e englobar todas as mulheres ligadas ao movimento através de diversas atividades, no interior ou no exterior do país, nas zonas libertadas ou semi-libertadas. A Organização da Mulher Moçambicana (OMM) foi então criada em 1973, aquando da *I Conferência da Mulher Moçambicana*, na Tanzânia, dois anos antes da independência de Moçambique. A criação desta nova organização foi recebida, no entanto, com muitos questionamentos por algumas mulheres guerrilheiras do DF, para quem este vinha cumprindo os objectivos para os quais havia sido criado, tentando mobilizar e trabalhar não apenas com as guerrilheiras, mas com todas as mulheres (Casimiro, 1986).

A OMM, parte da estrutura global da FRELIMO, na qual aparece como um braço para atingir o sector feminino - cuja participação completa e adequada tinha sido até ali negligenciada - tinha como objectivos mobilizar, organizar e unir as mulheres novas e velhas, casadas e solteiras, em todos os lugares onde se encontrassem – das povoações às escolas e bases, e campos no exterior (*A Voz da Revolução*, 1973).

Actualmente, a OMM, como liga feminina do partido Frelimo, é a única organização, criada antes da independência, que continua activa e com implantação nacional (com estruturas nacionais, provinciais, distritais, de localidade e de bairro). No entanto, a sua actuação está muito mais ligada ao seu papel histórico do que à sua capacidade de realizar e desafiar. Continua seguindo as orientações do partido Frelimo, está presente nos seus actos, nas mobilizações e visitas presidenciais, mas raramente vai além do que é consentido pelo *status quo*, o que a afasta dos grandes debates e questões nacionais e regionais. Apesar de ter estado presente na fundação de algumas das primeiras organizações de mulheres no pós-independência, afastou-se aos poucos das acções realizadas no interior do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género, principalmente depois de algumas destas organizações se definirem como feministas, facto bastante enfatizado pelas gerações mais jovens. Não é por acaso que esta foi apelidada de Geração das *Mamas*, das mães, das velhas, com quem, de acordo com as interlocutoras mais jovens, existe pouca ou nenhuma identificação ou diálogo (Casimiro, 2004:21).

A *Geração de Beijing* é composta por mulheres e (alguns) homens, entre os 50 e 70 anos que, por diversas razões, foram as precursoras dos estudos de género dentro da universidade. A partir de meados dos anos 80, mas sobretudo nos anos 90, começaram a desenvolver-se no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (CEA/UEM) estudos sobre as relações sociais entre mulheres e homens. O objectivo era analisar o fazer, estar e sentir de mulheres e homens antes da penetração colonial, o impacto do colonialismo na divisão de trabalho entre homens e mulheres, no acesso, controle e partilha de recursos e poder. Era também o de pesquisar o papel da mulher na resistência anti-colonial, nos movimentos nacionalistas, a sua contribuição para a luta armada de libertação nacional dirigida pela FRELIMO e no período posterior à independência (Andrade e Casimiro, 2005:8).

O impacto destes estudos sentiu-se a vários níveis, mas sobretudo na criação de uma prática de investigação-acção, que influenciou a alteração dos currículos da UEM⁷, na integração de questões de género nas disciplinas dos cursos do ensino superior, na mobilização de mulheres para cursos maioritariamente masculinos, no surgimento, desenvolvimento e apoio de associações de mulheres e do campo em torno dos direitos

⁷ A este respeito, conferir Ntantumbo e Meneses (2005).

das mulheres e da igualdade de género, na modificação e elaboração de políticas públicas e na alteração e elaboração de leis⁸ não discriminatórias em relação à mulher.

Foi também ao nível do CEA/UEM que se criou o primeiro Núcleo de Estudos da Mulher (NEM), em 1988, como forma de visibilizar uma dimensão do conhecimento que até àquele momento não tinha ainda sido tomada em conta. As suas principais actividades, num primeiro momento foram, entre outras, elaborar uma bibliografia anotada “*A Mulher no Desenvolvimento em Moçambique*”, estabelecer contactos com organizações governamentais, não governamentais e sociais moçambicanas, regionais e internacionais e realizar projectos de investigação e consultorias de acordo com os objectivos definidos pelo NEM. Em 1990, após o cumprimento dos objectivos que haviam sido traçados ao início e da constatação de que as solicitações surgidas no decurso do trabalho haviam ultrapassado a expectativa, sentiu-se a necessidade de dar à unidade de pesquisa uma denominação mais de acordo com as ideias do debate em curso. O NEM transforma-se, assim, em Departamento de Estudos da Mulher e Género (DEMEG), que se tornou um ponto de referência na área de estudos de género (Andrade e Casimiro, 2007).

Um dos projectos impulsionadores do desenvolvimento dos estudos de género no CEA foi o Projecto *Women and Law in Southern Africa Research Project* (WLSA), que funcionou de 1990 até 2001. Este projecto, com uma componente central de investigação-acção,

[...] foi a primeira linha de investigação sobre a Mulher e a Lei, com um enfoque de género que começou a ser concebido num encontro realizado em Nyanga, no Zimbabwe, em 1988, com a participação de mulheres e homens académicos, membros de ONG's e activistas de sectores diversos dos países da África Austral. (...) Como resultado deste primeiro encontro, foram elaborados temas prioritários, desenhou-se uma pesquisa de carácter regional e comparada, a partir de problemáticas comuns, tendo-se igualmente proposto formas diversas de contacto com possíveis doadores. A partir de 1990 seis países, nomeadamente o Botswana, Lesotho, Moçambique, Swazilândia, Zâmbia e Zimbabwe, engajaram-se num projecto regional comparado sobre a Mulher e o Direito a Alimentos na África Austral. (ANDRADE E CASIMIRO, 2007: 11).

O projecto iniciou apenas com uma pesquisadora do CEA - Isabel Casimiro, interlocutora da pesquisa -, que lhe disponibilizou boa parte do seu tempo, em conjunto com pesquisadoras associadas (docentes de outras faculdades e juristas), articulando-se

⁸ De destacar a Lei nº 29/2009, sobre a Violência Doméstica praticada contra a Mulher e a Lei nº 10/2004, Lei da Família.

com outras actividades em desenvolvimento no DEMEG. O trabalho de campo foi realizado em condições extremamente difíceis, uma vez que Moçambique encontrava-se numa guerra de desestabilização entre as forças da RENAMO e da FRELIMO, o que travou o alargamento das áreas de estudo numa primeira fase do projecto, entre 1990-92.

Após tornar-se independente do DEMEG/CEA/UEM, a WLSA passou a denominar-se *Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust*, adquirindo personalidade jurídica e reconhecimento oficial como organização não-governamental, constituindo os seus órgãos sociais em 2003. É, hoje, considerada por todas as gerações como uma das mais importantes e activas organizações de mulheres em Moçambique, com uma componente forte de pesquisa-acção. É composta, principalmente, por mulheres da *Geração de Beijing*. Quatro interlocutoras da pesquisa ocupam, hoje, cargos importantes na organização e grande parte das actividades que acompanhei foram organizadas por ou tiveram a participação das suas pesquisadoras.

Apesar de se identificarem com a luta pela independência e, ao longo das suas trajetórias, terem estado de alguma maneira ligadas ao Partido Frelimo e à OMM, por diversas razões as interlocutoras pertencentes a esta geração foram-se afastando dos ideais e das políticas de ambos, não tendo hoje praticamente nenhum tipo de relação com eles.

Geração de Beijing não descreve, no entanto, apenas o grupo de mulheres que participaram efectivamente no evento⁹ e que se envolveram nas primeiras pesquisas sobre mulher e género, mas também das que participaram na criação de uma série de associações, organizações e redes que começaram a trabalhar mais especificamente com questões relacionadas com a situação e os direitos das mulheres. Estas organizações começaram a surgir a partir de meados dos anos 1980, mas sobretudo a partir dos anos 1990. A sua criação, sobretudo depois da aprovação da nova Constituição, em 1990, que consagrava o direito à associação (Casimiro, 2004), está ligada a uma fase mais voltada ao desenvolvimento dominado por agências internacionais de financiamento, tendo o país sido integrado na configuração de desenvolvimento normal sob os auspícios neoliberais do *Banco Mundial* (BM) e do *Fundo Monetário Internacional* (FMI), com

⁹ *IV Conferência Mundial sobre a Mulher* das Nações Unidas, intitulada *Acção para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz*.

agências de doadores e ONG's a entrarem em massa no país (Arnfred, 2004). Algumas destas organizações surgiram da imposição da ajuda ao desenvolvimento, outras através da iniciativa de grupos específicos, que sentiram a necessidade de se organizar para resolver questões concretas da sua sobrevivência. As primeiras a surgir, nos anos 1980, foram as organizações de mulheres de tipo voluntário, associações com ou sem fins lucrativos e em áreas bastante diversas.

A Geração das Intermediárias é composta por mulheres que surgiram em meio a este contexto e que trabalham, sobretudo, em ONGs de direitos das mulheres, nacionais e internacionais, ou como consultoras independentes para a área de género, com grande circulação pelos espaços internacionais de discussões de género e com um grande *know how* do repertório das ONG's. É, no meu entender, a geração mais transitiva, uma vez que parte das mulheres que pertencem à *Geração de Beijing* está hoje inserida neste contexto e que, por sua vez, as que fazem parte desta geração são também as fundadoras de movimentos e espaços considerados como pertencentes à *Geração das Jovens Feministas*. Daí o nome de *intermediárias*.

Um dos mais importantes grupos de lobby e advocacia criados neste período, dentro do campo das organizações de mulheres, e um dos mais activos hoje, é o Fórum Mulher, fundado por algumas das mulheres identificadas como pertencentes à *Geração de Beijing* e do qual fazem parte actualmente, como funcionárias, duas mulheres identificadas como pertencentes à *Geração Intermediária*. Criado em 1993, o Fórum Mulher - Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento, é uma rede de organizações que trabalha na área dos direitos das mulheres e da igualdade de género, através da influência política, lobby e advocacia. Esteve envolvida no desenho e aprovação de uma série de legislações e políticas relacionadas aos direitos das mulheres, principalmente ligadas à terra, família, lei, violência contra a mulher e aborto. Fazem parte do Fórum mais de oitenta membros (organizações e indivíduos), consistindo em sindicatos, organizações comunitárias de base, internacionais e do governo, organizações religiosas e ligas femininas de partidos políticos (Taela, 2017; Casimiro, 2004). Todas as organizações das quais fazem parte as interlocutoras da pesquisa são membros do Fórum Mulher. As suas áreas programáticas actuais incluem a violência baseada no género, os direitos sexuais e reprodutivos, a autonomia económica das mulheres e a participação política das mulheres e construção do movimento. Assume-se, desde 2013, como uma organização feminista.

Por fim, a *Geração das Jovens Feministas* é composta por mulheres jovens, entre os 12 e os 25 anos, que surgem de outras frentes que não somente a universidade e as ONGs, que trazem novas preocupações (questões ligadas à sexualidade, à segurança nos espaços públicos e aos vários tipos de violência nos relacionamentos, por exemplo), reivindicações (de representatividade e legitimidade, sobretudo) e que têm nas redes sociais - principalmente o *Facebook*, o *Whatsapp* e *blogs* - e na arte - estética, moda, música, teatro, entre outros - o seu principal meio de activismo.

Se, na prática, as relações entre estas diferentes gerações parecem ser pacíficas, o que acontece a nível do discurso? O que as mais velhas pensam das novas gerações? E as mais novas, olham para as anteriores a si como mentoras ou como um grupo inacessível? Marilú Mapengo, 26 anos, identificada como pertencendo à *Geração das Jovens Feministas* e funcionária da Marcha Mundial de Mulheres Moçambique, ao ser questionada sobre a relação entre as gerações, reflecte que

Eu diria que é boa. O espaço que mais me deu oportunidade de ter essa relação intergeracional foi o Fórum Mulher. (...) Então eu sinto que há um certo acolhimento, uma vontade enorme de ter as jovens por perto, não só porque são a continuidade, mas porque trazem uma nova voz, força, etc., mas não há formas efectivas de as manter por perto ou fazer com que elas se sintam parte integrante. (...) Ainda existe uma dificuldade grande de nos manter por perto, de ter assim uma massa jovem (...). (Entrevista realizada em 11.06.17 a Marilú Mapengo)

Trazendo ao de cima o que ficou nas entrelinhas na reflexão da Marilú, Maria José Arthur, 59 anos, coordenadora da área de Comunicação, Lobby e Advocacia da WLSA Moçambique e identificada como pertencendo à *Geração de Beijing*, argumenta que

Primeiro, são contextos diferentes. Portanto, os contextos em que cada um de nós cresceu. A gente apanhou muita tarefa. Talvez diferente, mas estas meninas também encontram situações bem complicadas ao nível das suas vidas privadas. (...) Há, até certo ponto, questões de falta de comunicação. Por exemplo, eu já vi dizer que “pois, isto é uma questão de poder”. Tem poder envolvido, tem. Eu tenho 58 anos, tenho uma carreira, tenho um outro salário, tenho outros contactos, não é? Mas portanto, que não vem de uma posição de poder. Vem da minha carreira, não é, é normal que eu tenha mais contactos, mais não sei quê, que por exemplo uma jovem que está a começar. Então acho que é preciso contextualizar a questão das relações de poder. É verdade que há poder, mas não é um poder sobre. É um poder que vem, pronto, de maiores relações. Vem também de classe, não é? (...) E outra coisa que também às vezes eu tenho sentido que as pessoas falam, de que não, tem que dar lugar aos mais jovens. (...) Primeiro, eu não me considero velha aos 58 anos e acho que consigo trabalhar mais. Segundo, para uma pessoa jovem fazer todo o papel que eu desempenho aqui, também tem que fazer tarimba, né? Dar de si. Portanto, também acho que às vezes esta questão de dar o lugar às jovens não deve ser “epá, agora vocês substituem-me” ou “vocês estão fora de prazo”. E acho que não é assim, porque a gente tem que aprender com os jovens e os jovens têm que aprender também com a experiência. Então

tem que haver essa abertura. (Entrevista realizada em 3.08.17 a Maria José Arthur)

Essas diferenças a que Maria José Arthur se refere, em relação à idade, à classe e a relações de poder, apesar de serem bastante presentes e, em certos momentos, constituírem motivo de disputas no interior do campo, são também o que motiva espaços de troca, de renovação, de reformulações e de revisões. É por isso importante, a meu ver, olhar para estas relações intergeracionais do ponto de vista das continuidades e descontinuidades, o que por sua vez permite compreender melhor a constituição deste campo (Gonçalves e Pinto, 2011).

Uma das interlocutoras que mais defendeu a existência de uma boa relação, principalmente entre as gerações mais velhas e as mais jovens, Fuva Muiambo, 26 anos, Oficial de Programas para a área de Direitos Sexuais e Reprodutivos da Rede Homens Pela Mudança (Rede HOPEM) e identificada como pertencendo à *Geração da Jovens Feministas*, argumenta que

Eu acho que é uma mistura. Não vou dizer que são pacíficas e nem que são conflituosas. Há muitas delas, por esta ansiedade de querer nos passar boas mensagens, querer nos educar, querer dar as directrizes de como devemos seguir, muitas vezes fazem com que sejam sempre elas à frente, mas a puxarem por nós. Mas nós, bom, neste estágio que estamos a beber tanto delas, do mundo e dessas perspectivas, também queremos estar à frente. Então sempre há esta fricção. Mas também, para tu estares à frente, também tens que fazer compreender que tens capacidades (...). (Entrevista realizada em 30.06.17 a Fuva Muiambo)

Pensar estas diferentes gerações circulando e se relacionando, as suas continuidades e persistências, leva a que tenhamos que olhar para a questão da periodização do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género em Moçambique. O movimento feminista tem vindo a ser descrito utilizando a periodização em forma de ondas, delimitando períodos de tempo que seriam caracterizados por um tipo de concepção e prática política dominante. Esta periodização está, no entanto, muito centrada no contexto europeu e americano, não oferecendo elementos para pensarmos nas especificidades dos movimentos de mulheres em outros contextos, nomeadamente o africano.

Para reflectir

Adoptando geração como conceito sociológico absolutamente transitivo, tenho procurado compreender os contrastes e continuidades destes quatro grupos

identificados, assim como os conflitos e desafios que, não só enfrentaram ao longo do tempo - sobretudo após a independência -, como também enfrentam hoje. Geração, neste contexto, não tem necessariamente a ver com a idade cronológica, mas sim com a maneira como as mulheres se identificam umas às outras e a si próprias. Tem a ver com a experiência, o contexto social, político e cultural em que surgem as diferentes gerações, a sua circulação nacional, regional e internacional e também com marcos históricos do campo. Não são definições rígidas, sendo os seus limites constantemente rompidos. Isto significa que, em determinados momentos e dependendo do contexto em que estão inseridas, algumas mulheres são definidas pelas outras como pertencendo a mais de uma geração ou transitando entre uma e outra, de tempos a tempos.

Não tem também o efeito de compartimentalizar os diálogos, apesar da divisão geracional se manifestar mais em relação a alguns temas como a sexualidade e o uso das redes sociais. Neste sentido, geração evidencia mais os diferentes contextos em que estas mulheres e homens estão inseridos, do que clivagens ideológicas. No entanto, as transformações históricas e os diferentes contextos não as tem impedido, como pude observar em campo, de dialogarem e organizarem acções variadas em conjunto. São exemplo disso as articulações e os movimentos criados para “forçar” o governo moçambicano a aprovar algumas leis, como a Lei nº 29/2009, sobre a Violência Doméstica praticada contra a Mulher e a Lei nº 10/2004, Lei da Família e também a mobilização recente em torno do Despacho 39¹⁰, promulgado pelo Ministério da Educação e que transfere a aluna grávida para os cursos nocturnos.

As trajectórias destas mulheres e homens revelam as relações que foram tecendo - local, regional e internacionalmente -, não só com pessoas, mas também com instituições, os espaços e contextos por onde transitaram e transitam, os seus deslocamentos, os lugares que foram ocupando neste campo e como os conquistaram. Este campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género foi, assim, sendo criado, articulado e actualizado numa relação constante - e presente, não só nos discursos das diferentes gerações, mas também nas suas práticas - entre academia, organizações de mulheres, movimentos diversos, redes sociais, rua, arte, entre outros, e também diversas identidades políticas, diferentes graus de institucionalização e diversos modos de expressão.

¹⁰ Para mais informações, acessar <https://www.facebook.com/Despacho-39-2047713928592465/>.

BIBLIOGRAFIA

Adam, Yussuf. *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo. Trajectória de Moçambique pós-colonial (1975-1990)*. Editora PROMÉDIA, Colecção Identidades, Maputo, 2005.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu* (43), janeiro-junho, pp 13-56, 2014.

ANDRADE, Ximena e CASIMIRO, Isabel. Investigação sobre Mulher e Género no Centro de Estudos Africanos. *Estudos Moçambicanos*, 21, pp. 7-27, 2005.

ANDRADE, Ximena e CASIMIRO, Isabel. *A Identidade do Feminismo Crítico em Moçambique: Situando a Nossa Experiência como Mulheres, Académicas e Activistas*, 2007.

ARNFRED, Signe. *Conceptions of gender in colonial and post-colonial discourses: the case of Mozambique* in CODESRIA'S General Assembly, 10, Kampala, 2004. Consultado em 21 Ago. 2016. Disponível em <http://www.codesria.org/spip.php?article1385&lang=en>.

A Voz da Revolução, Órgão oficial da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), 1973.

CASIMIRO, Isabel. *Transformação nas Relações Homem/Mulher em Moçambique, 1960-74* (Tese de Licenciatura em História). Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1986.

CASIMIRO, Isabel. *Repensando as relações entre mulher e homem no tempo de Samora*. In: Antonio Sopa. (Org.). *Samora Homem do Povo*. Maputo: Maguezo Editores, v. 1, pp. 99-107, 2001.

CASIMIRO, Isabel. *Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Maputo: Promédia, 2004.

CASIMIRO, Isabel. *Movimentos Sociais e Movimentos de Mulheres em Moçambique*. In: Casimiro, Isabel e Cruz e Silva, Teresa (Org.). *A Ciência ao Serviço do Desenvolvimento? Experiências de Países Africanos Falantes de Língua Oficial Portuguesa*. 1ed. Maputo: CODESRIA, v. 1, pp. 51-66, 2015.

CHIMOCO, Deolinda. *O papel da Mulher na Luta de Libertação Nacional em Moçambique*. Departamento de História, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, UEM, 2012.

DISNEY, Jennifer Leigh. *Women's Activism and Feminist Agency in Mozambique and Nicaragua*. Temple University Press, Philadelphia, 2009.

HASSIM, Shireen. *Voices, Hierarchies and Spaces: Reconfiguring the Women's Movement in Democratic South Africa. A case study for the University of Kwazulu-*

Natal project Globalization, Marginalisation and New Social Movements in Post-Apartheid South Africa, 2004.

KRUKS, Sonia, WISNER, Ben. *Ambiguous Transformations: Women, Politics, and Production in Mozambique*. In: KRUKS, Sonia, RAPP, Rayna, YOUNG, Marilyn B. (eds) *Promissory Notes: Women and the Transition to Socialism*. New York, Monthly Review Press, pp 148-171, 1989.

LOFORTE, Ana. Algumas reflexões sobre formas de deslegitimação da violência contra a mulher em Moçambique. 13ª Assembleia Geral do CODESRIA, A África e os Desafios do Século XXI, 2011.

MACHEL, Samora. *A Libertação da Mulher é uma Necessidade da Revolução, Garantia da sua Continuidade, Condição do seu Triunfo* in *A Luta Continua, Cadernos Libertação dos Povos das Colónias*, Nº 4, Edições Afrontamento, Porto, pp. 55 e segts, 1974.

MANCEAUX, M. "As Mulheres de Moçambique" Lisboa-Portugal, Arcádia, 1975.

PACHINUAPA, Raimundo, MASSAIBO, Ingoche, GEMO, Nelton. *50 anos do Destacamento Feminino. Génese, expansão e impacto*. Nachingwea Editores, 2017.

SANTANA, Jacimara Souza. *A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985)* in Sankofa. *Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, Nº 4, dez. 2009.

SAÍDE, Alda Saúte. *As Mulheres e a Luta de Libertação Nacional*. In: TEMBE, Joel das Neves (Coord). *História da Luta de Libertação Nacional. Volume I*. Ministério dos Combatentes. Direcção Nacional de História. Cap. IV, pp. 553-601, 2014.

SEIE, Adelino Jorge. *O papel do Destacamento Feminino na Luta Armada de Libertação Nacional (1964-1974)*. Departamento de História, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, UEM, 2010.

SORJ, Bila e GOMES, Carla. *Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil*. *Revista Sociedade e Estado*, Volume 29, Número 2, Maio/Agosto, pp. 433-447, 2014.

TAELA, Kátia. *Identity and Agency in South-South Relations: Brazilian Development Workers and Mozambique*. A dissertation submitted in fulfilment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy in Development Studies of the University of Sussex. Institute of Development Studies, University of Sussex, 2017.

TRIPP, Aili Mari, CASIMIRO, Isabel, KWESIGA, J., MUNGWA, A. (Orgs). *African Women's Movements: Changing Political Landscapes*. 1.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 280pp, 2009.

URDANG, Stéphanie. *The Last Transition? Women and Development in Mozambique*. In: *Review of African Political Economy*, 27/28, pp. 8-23, 1983.

URDANG, Stéphanie, *Women in National Liberation Movements*". In: HAY, M. J. e STICHTER, S. (eds). *African Women South of the Sahara*. Harlow, Longman, 1984.

URDANG, Stéphanie. *And Still They Dance: Women, War and the Struggle for Change in Mozambique*. London, Earthcan, 1989.

VIEITEZ, M^a Soledad. *Retos y estrategias del movimiento de mujeres mozambiqueñas: apuntes de una revolución de género contemporánea*. In: GIL, carmen Gregorio e ROMERO, Belén Agrela (Orgs). *Mujeres de un solo mundo: globalización y multiculturalismo*, Colección Feminae, Universidad de Granada, pp. 211-247, 2002.

ZIMBA, Benigna (Org.). *A Mulher Moçambicana na Luta de Libertação Nacional. Memórias do Destacamento Feminino. Volume I*. Centro de Pesquisa da História da Luta de Libertação Nacional (CPHLLN), Ministério dos Combatentes. Organização da Mulher Moçambicana, Maputo, 2012.